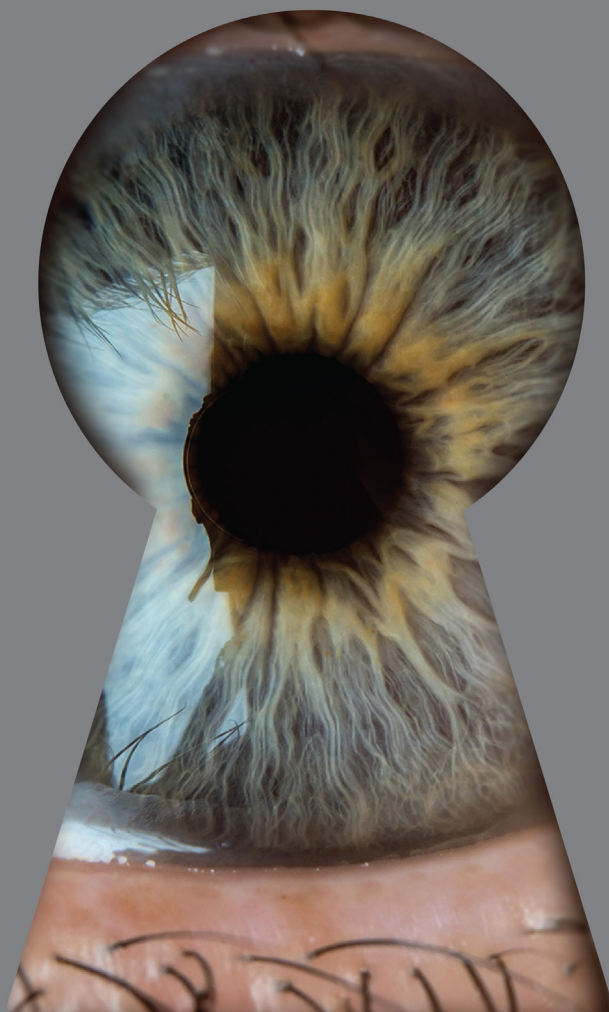


VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol III / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-39-2

DOI 10.37572/EdArt_290621392

1. Ciências humanas. 2. Humanidades. Desenvolvimento Sustentável. I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, que están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Tercer Volumen, que tiene como eje temático **AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO**, la temática del ambiente, a través de estudios locales en búsqueda de un mejor aprovechamiento de recursos, que aporten a desarrollar energías y mantener beneficios naturales, hacen que las propuestas sustentables sean tratadas desde enfoques académicos como desde el gerenciamiento. Así las políticas agrícolas, la planificación territorial, se presentan bajo estudios históricos y actuales.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Terceiro Volume, que tem como eixo temático MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO, o tema do meio ambiente, por meio de estudos locais em busca de um melhor aproveitamento dos recursos, que contribuam para o desenvolvimento de energias e manutenção dos benefícios naturais, fazem propostas sustentáveis são tratadas a partir de diferentes abordagens acadêmicas e gestão. Assim, as políticas agrícolas, de planejamento territorial, são apresentadas sob a forma de estudos históricos e atuais.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSFORMACIONES AGRARIAS Y NUEVOS PAISAJES RURALES EN EL MUNICIPIO DE YECLA (ESPAÑA)

[Francisco José Morales Yago](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213921

CAPÍTULO 2..... 18

EXTRACTIVISMO, FUERZAS PRODUCTIVAS Y REESTRUCTURACIÓN AGRARIA EN PARAGUAY

[Ramón Fogel](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213922

CAPÍTULO 3.....30

LA CUESTIÓN AGRARIA CUBANA ACIERTOS Y DESACIERTOS EN EL PERIODO DE 1975-2013: LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA

[Tatiana Wonsik Recompensa Joseph](#)

[Lázaro Camilo Recompensa Joseph](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213923

CAPÍTULO 4 57

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS

[Eliseo Zeballos Zeballos](#)

[Paquita Lourdes Velásquez Alarcón](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213924

CAPÍTULO 5..... 78

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

[Cristian Arnecke Schröder](#)

[Adrielli Santos de Santana](#)

[Carlos Eduardo Ribeiro Santos](#)

[Lessí Inês Farias Pinheiro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213925

CAPÍTULO 6 90

WIRIKUTA Y XOCHICALCO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS POR EL PATRIMONIO BIOCULTURAL

Coral Giseth García Haj
Armando Sánchez Albarrán

DOI 10.37572/EdArt_2906213926

CAPÍTULO 7 104

LA ORDENACIÓN TERRITORIAL Y LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA

María Rodríguez Gámez
Antonio Vázquez Pérez
Wilber Manuel Saltos Arauz
Guillermo Antonio Loor Castillo
Carlos Gustavo F. Villacreses Viteri

DOI 10.37572/EdArt_2906213927

CAPÍTULO 8 117

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA TERRITORIAL EN RELACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DE ROSARIO, ANÁLISIS TEÓRICO Y METODOLÓGICO

Elián Gabriel Babini

DOI 10.37572/EdArt_2906213928

CAPÍTULO 9 138

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SERGIPE

Elmer Nascimento Matos
Daniela Mércia Santos
Wesley Santos

DOI 10.37572/EdArt_2906213929

CAPÍTULO 10 158

MAR DEL PLATA: TRANSFORMACIONES EN SU GEOGRAFÍA URBANA A INICIOS DEL SIGLO XXI: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA, SEGURIDAD Y ESPACIO PÚBLICO

Alberto Roque Villavicencio

DOI 10.37572/EdArt_29062139210

CAPÍTULO 11..... 173

CORPO CAIÇARA E SUAS RAÍZES

[Bruno Tavares Magalhães Macedo](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139211

CAPÍTULO 12..... 189

PERSPECTIVA DE LA RELACIÓN TERRITORIAL Y DE LOS PROCESOS HISTÓRICOS.
¿QUÉ NOS NARRA LA EDUCACIÓN? LA VERDAD COMO ELEMENTO DE
LIBERACIÓN

[Yetko Alexander Sierra Maira](#)

[Ulises Mauricio Díaz Sánchez](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139212

CAPÍTULO 13..... 201

RIO SÃO FRANCISCO, AS ÁGUAS ENCANTADAS E O DESENCANTO COM A
TRANSPOSIÇÃO

[Loreley Gomes Garcia](#)

[Mayrinne Meira Wanderley](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139213

CAPÍTULO 14..... 217

ACTITUDES DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS HACIA EL MEDIO AMBIENTE.
UNA EXPERIENCIA INNOVADORA EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES

[Macarena Esteban Ibáñez](#)

[Luis Vicente Amador Muñoz](#)

[Francisco Mateos Claros](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139214

CAPÍTULO 15..... 228

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE
ORIENTE MEDIO

[Ignacio Álvarez-Ossorio](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139215

CAPÍTULO 16..... 241

LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR DESDE PROVINCIAS: PUENTE ALTO 1938-1941

[Reinaldo Hernández Catalán](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139216

CAPÍTULO 17 251

TENDIENDO PUENTES ENTRE DATACIÓN Y ARQUEOLOGÍA

[Christopher Duarte](#)

[Roberto Bracco Boksar](#)

[Ofelia Gutiérrez](#)

[Daniel Panario](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139217

CAPÍTULO 18..... 260

WORK DESIGN NA PERSPECTIVA DE GESTORES E NÃO-GESTORES: CARACTERÍSTICAS DA TAREFA

[Silvana Regina Ampessan Marcon](#)

[Lília Aparecida Kanan](#)

[João Ignacio Pires Lucas](#)

[Magda Macedo Madalozzo](#)

[Sabrina Goettert Britto](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139218

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 282

ÍNDICE REMISSIVO 283

CAPÍTULO 5

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

Data de submissão: 09/03/2021

Data de aceite: 05/04/2021

Cristian Arnecke Schröder

Mestrando no Programa de
Pós Graduação em Demografia
(PPGDEMO/IFCH/UNICAMP)

Campinas – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/4575345467991438>

Adrielli Santos de Santana

Doutoranda no Programa de
Pós Graduação em Economia
(PPGECO/UNB)

Brasília – Distrito Federal

<http://lattes.cnpq.br/1653376349568970>

Carlos Eduardo Ribeiro Santos

Professor Assistente B Departamento de
Ciências Econômicas
(DCEC/UESC)

Ilhéus–Bahia

<http://lattes.cnpq.br/1113478969762923>

Lessí Inês Farias Pinheiro

Professora Permanente Programa de
Pós Graduação em Economia Regional e
Políticas Públicas
(PPGERPP/DCEC/UESC)

Ilhéus - Bahia

<http://lattes.cnpq.br/5493564382050585>

RESUMO: A inclusão socioeconômica, no Brasil, percebeu-se com maior evidência a partir da década de 1930 quando da tentativa de implementação de um Estado de Bem Estar Social. E, quanto às políticas agrícolas, inicialmente, estavam voltadas para os grandes produtores. Contudo, devido à mudança no perfil político/institucional do país, deslocou-se o centro das políticas agrícolas da lógica produção/productividade para incluir, também, a inclusão produtiva dos pequenos produtores. Então, passou-se a incluir o pequeno produtor no foco do Estado, buscando a inclusão/expansão da produção e a sua inclusão mercadológica (para que os mesmos não mais produzissem, principalmente, para sua subsistência). Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho foi explicar de que forma a mudança institucional atingiu o pequeno produtor rural em relação à política institucional para a agricultura, no Brasil. Especificamente, o trabalho foi possível através (i) da demonstração de como as mudanças socioeconômicas influenciaram na formação de agenda e implementação destas políticas; (ii) do entendimento da evolução do perfil de implementação das mesmas; (iii) da evidenciação de como as mudanças institucionais propiciaram a expansão e a descentralização das políticas para o pequeno produtor e; (iv) da compreensão de como as novas políticas rurais inseriram os pequenos produtores na

rede sistemas produtivos. Metodologicamente, o trabalho contou com uma abordagem descritivo-exploratória associada ao procedimento da revisão de literaturas. Assim, a pesquisa evidenciou que as mudanças institucionais levaram a uma mudança no padrão de financiamento para o pequeno produtor rural embora, institucionalmente, o mesmo ainda é considerado como agente complementar à cadeia produtiva dada a segmentação política que os aborda (a institucionalização de dois gestores de política setorial: o Ministério da Agricultura, para os grandes produtores, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para os pequenos produtores).

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Agricultura Familiar. Instituições.

AN ANALYSIS ON THE INFLUENCE OF INSTITUTIONAL DECENTRALIZATION OF BRAZILIAN RURAL POLICIES FOR THE SOCIOECONOMIC INCLUSION OF THE SMALL PRODUCER FROM THE 1930S

ABSTRACT: The socio-economic inclusion in Brazil was perceived with greater evidence from the 1930 when the attempt to implement a state of Social welfare. And as for agricultural policies, they were initially focused on the big producers. However, due to the change in the political/institutional profile of the country, the center of agricultural policies of logic production/productivity was shifted to include the productive inclusion of small producers. Then, it became to include the small producer in the focus of the state, seeking the inclusion/expansion of the production and its inclusion market (so that they no longer produce mainly for their livelihood). In this way, the general objective of the present work was to explain how the institutional change reached the small rural producer in relation to the institutional policy for agriculture in Brazil. Specifically, the work was possible through (i) the demonstration of how socio-economic changes influenced the formation of the agenda and implementation of these policies; (ii) The understanding of the evolution of the implementation profile of the same; (iii) The evidence of how institutional changes have enabled the expansion and decentralization of policies for the small producer and; (iv) The understanding of how the new rural policies have inserted the small producers in the network productive systems. Methodologically, the work relied on a descriptive-exploratory approach associated with the procedure of the revision of literature of texts and specialized authors. Thus, the research evidenced that institutional changes led to a change in the financing pattern for the small rural producer although, institutionally, the same is still considered as complementary agent to the production chain given the segmentation Policy that addresses them (the institutionalization of two sector policy managers: The Ministry of Agriculture, for the large producers, and the Ministry of Agrarian Development, for small producers).

KEYWORDS: Public Policy. Family agriculture. Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o Brasil tem passado por diversos marcos e rupturas políticas e institucionais que procuram, em sua maioria, instituir ações excludentes e de interesses minoritários, quando visto pelo lado socioeconômico. Dessa maneira, uma

grande distorção foi criada e mantida, principalmente quando observado o setor agrícola. Os últimos 30 anos, como apontam Grisa e Schneider (2015), foram responsáveis por instituir as principais mudanças nos aspectos sociais e econômicos do país, podendo ser citado como marco inicial destas, a implementação da Constituição Federal (CF) de 1988.

A Constituição Federal foi responsável por marcar as novas formas de relação entre Estado, sociedade e economia, definindo assim, ferramentas de implementação e operacionalização de Políticas Públicas, institucionalização de atores e gestores, e referenciais globais e setoriais que passaram a delimitar e orientar a ação do Estado, principalmente para os atores sociais que até então se viam desassistidos pelo governo, como àqueles inseridas no meio agrícola. Apesar de todo o processo holístico de transformação das relações entre estado e sociedade ter sido iniciado ainda no final da década de 1980, existem situações que passaram a ser tratadas como agendas governamentais a partir da década de 1990, como é o caso da agricultura familiar.

A intervenção do Estado no que tange o aspecto agrícola ainda é recente, principalmente quando mencionado a inclusão do pequeno produtor na agenda das políticas públicas no aspecto rural, é ainda mais recente sendo, somente, possível devida a descentralização institucional ocorrida, principalmente, a partir do fim da década de 1980 com a promulgação da CF.

A agricultura familiar, como apontado por Abromovay e Morello (2010), passou a ser reconhecido como grupo para focalização de políticas públicas, a partir do momento em que a democracia se tornou a raiz da sociedade e que esta, passou a ser diretriz para o fortalecimento de demandas sociais e incentivos ao processo de bem estar social. Tal afirmação, fica ainda mais evidente ao se observar que há cerca de duas décadas atrás, os pequenos produtores estavam às margens das ações realizadas pelo Estado.

Dessa maneira, o objetivo central deste trabalho é abordar de que forma a mudança institucional atingiu o pequeno produtor rural em relação à política institucional para a agricultura, no Brasil.

Para atingir esse objetivo principal, o presente trabalho baseia-se, está metodologicamente, falando em uma abordagem bibliográfica documental, e encontra-se dividido em quatro seções, incluindo este texto introdutório: a primeira e presente sessão, responsável por introduzir a temática bem como apresentar os principais aspectos levantados; a segunda seção é parte responsável por evidenciar em forma de apanhado teórico e histórico a evolução das políticas rurais e o seus enfoques; a terceira seção responsável por focaliza a mudança nas políticas para inclusão do pequeno produtor rural (dando origem ao reconhecimento e normatização da agricultura familiar no país); e a quarta são as considerações finais.

2 DO GRANDE LATIFÚNDIO AO PEQUENO PRODUTOR: A MUDANÇA SOCIAL E A ADEQUAÇÃO DO ESTATAL

O Brasil, historicamente falando, possui sua base econômica pautada no setor agro exportador, contudo, antes de 1930 não existiam políticas agrícolas e muito menos estratégias globais para este setor, ou seja, naquele momento, uma economia local que não estivesse fundamentada no cultivo do café e do açúcar (culturas com incentivo produtivo por parte do Estado e elites) não seria passível de movimentação econômica, como aponta De Mendonça (1998).

Essa hierarquia e priorização setorial encontrada nas “políticas”¹ agrícolas, se deu pelo fato de que as elites formadas por fazendeiros, políticos e banqueiros, investiam seus ordenados nessas culturas produtivas e exigiam que o governo fornecesse subsídios para que seu investimento resultasse em lucro, como aponta De Mendonça (1998). Devido ao acúmulo de capital da região Sul e Sudeste, decorrente de uma estrutura política e econômica concentrada em um estrato socioeconômico elevado, a década de 1930 ficou conhecida pela relação entre Estado e agricultura que ficou predominantemente integrada por agências e agentes sociais consideradas de interesse político, para que todo e qualquer resultado gerado fosse de encontro com os interesses desta elite social.

Esta submissão das políticas agrícolas aos interesses econômicos e sociais de uma pequena parcela da população brasileira, se estendeu até a década de 1950 quando o governo brasileiro, objetivou a industrialização de seus espaços produtivos para que o Brasil se aproximasse de economias já consideradas desenvolvidas naquele momento, como mostra Bielchowsky (2000; 2006). Assim, segundo Delgado (2010), o Estado passou a agir de acordo a uma agenda nacional-desenvolvimentista, criando infraestruturas estatais; fomentando agentes financeiros para incentivar a transformação da estrutura industrial; articulando atração de capitais privados nacionais e, principalmente, internacionais, assim como, prioritariamente, privilegiando a constituição de uma economia industrial através da constituição de políticas macroeconômicas.

Essa estratégia desenvolvimentista funcionou, em partes, até o início a década de 1960, pois, segundo autores como Delgado (2010; 1998), Coelho (2001) e Castro (1984), começaram a surgir dificuldades referentes ao abastecimento interno de alimentos oriundos da rigidez da oferta do setor agrário frente ao aumento na demanda por produtos primários; do esgotamento da capacidade de importar bens necessários e da emergência do padrão excludente e dependente da industrialização do Brasil.

¹ Enfatiza-se que o uso de aspas na palavra políticas é feito de maneira irônica uma vez que, o processo de subordinação da produção não estava pautado em uma estratégia política comercial, mas sim, em uma estratégia política econômica dos mais ricos, para que assim, sua produção acumulasse ainda mais riqueza, poder e soberania aos grandes latifúndios, como aponta De Mendonça (1998).

Por conta desta crise, duas alternativas para a saída dela foram levantadas por diversos setores da sociedade como aborda Grisa e Schneider (2015). A primeira alternativa estava ancorada na reforma agrária visando dar dinâmica ao mercado interno; já a segunda alternativa estava baseada na modernização tecnológica da agricultura. Para esta segunda, com aponta Grisa (2012), o discurso utilizado era de que a agricultura precisava se modernizar para contribuir com seu papel no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Contudo, durante a década de 1970, no auge da repressão militar brasileira, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) que durante a década 1960 apoiava as ideias levantadas pelo Estado, passou a se voltar contra estes ideais, passando a exigir através de seus congressos e boletins que o pequeno produtor, desassistido de toda e qualquer política agrícola no país até então, passasse não só fazer parte da agenda de políticas públicas, mas, que políticas públicas inclusivas focalizadas nessa população fossem criadas e fomentadas pelo governo federal. O surgimento do chamado “novo sindicalismo rural” e a pressão por políticas diferenciadas focalizadas no pequeno produtor, tornaram-se recorrentes dos representantes dos agricultores familiares, como apontam Favareto (2006) e Schneider (2010).

Esse debate continuou sofrendo pressão social e econômica durante a década de 1980, principalmente com a discussão da constituinte no final da referente década. Com o processo de redemocratização, o debate no em torno da agricultura familiar pode-se destacar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e conseqüentemente a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), assim como a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Esses atores criados e fortalecidos durante a década em questão foram importantes pois, mesmo com objetivos diferentes, as ações destes atores sociais evidenciaram o quão precária estava a inserção e a representação social do pequeno produtor e, com isso, tornou possível e visível a necessidade da intervenção do Estado na elaboração de Políticas Públicas focalizadas para a criação de subsídios como a reforma agrária e a criação de acesso ao crédito rural, como aponta Delgado (1994).

Por conta da abertura político-institucional em curso, os representantes dos pequenos produtores/agricultores familiares passaram a se apresentar de uma maneira diferenciada junto ao Estado, onde antes passivos, passaram a participar ativamente dos espaços de discussão através da elaboração de boletins, textos para a discussão e principalmente, comícios junto às suas bases. Mielitz Netto (2010) e Delgado (1994), destacam que essa mudança de comportamento foi essencial para fundamentar a criação posterior da Lei Agrícola. Esta lei, como apontam os autores anteriormente citados,

procurou em um primeiro momento, incluir as demandas já levantadas pelos representantes da agricultura familiar, contudo, os resultados encontrados foram aquém do esperado.

Em outras palavras, apesar do esforço despendido, o interesse do grande latifúndio continuou prevalecendo mesmo com o aumento da pressão sindical e social. Assim, observa-se uma falta de interesse por parte do Estado em institucionalizar estas demandas por serem consideradas de complexa implementação metodológica, como aponta Delgado (1994). Essa complexa implementação metodológica foi oriunda da nova ordem global (neoliberalismo) que, focalizada na abertura de mercados, impôs novos instrumentos e ferramentas para a ação governamental, uma e talvez a principal delas foi a redução e o afastamento do Estado na intervenção econômica. Essa atitude pregada e posta em prática, dificultou a implementação de ações destinadas à agricultura familiar, uma vez que estava voltada para o incentivo produtivo do grande latifúndio.

Os efeitos do neoliberalismo na agricultura foram devastadores como aponta Grisa e Schneider (2015): A) com a abertura da economia e o esfacelamento do modelo de intervenção estatal, o montante financeiro destinado aos recursos aplicados nas políticas agrícolas sofreu um impacto extremamente negativo, gerando venda de produtos abaixo do preço de mercado por parte dos pequenos produtores e, também, queda nas tarifas de importação, gerando assim um incentivo à importação e não mais a exportação. B) com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, os estados do Sul foram impactados negativamente uma vez que, com a dificuldade de concorrer com os pequenos produtores de países vizinhos, viram sua produção agropecuária reduzir drasticamente uma vez que com a economia favorável à importação, seus produtos não estavam sendo consumidos nem internamente e nem externamente.

Dessa maneira, a CONTAG, junto com a Comissão Técnica do Pequeno Produtor, passou a emitir notas técnicas com exigências para a criação de uma política agrícola que facilitasse o acesso do pequeno produtor ao crédito rural para que o investimento não ficasse focalizado única e exclusivamente no grande latifúndio.

Essa proposta levantada pela CONTAG em 1994 levava em consideração a criação de um programa com encargos financeiros, prazos, carências e formas de pagamentos específicos para o pequeno produtor. A institucionalização desta proposta, previa em diversas esferas o enfrentamento das situações que a mudança econômica impostas pelo sistema neoliberal ocasionou.

Assim, com a intensificação das mobilizações setoriais, o ano de 1995 foi marcado pela institucionalização do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, de acordo com Grisa (2012) foi o responsável por atuar como um divisor de águas entre o Estado omissivo neoliberal e o Estado presente do *welfare state*.

O PRONAF surgiu como uma alternativa política para suprir as demandas dos sindicatos e da comunidade rural, onde suas principais propostas estavam destinadas a disponibilização de uma linha de crédito rural, preocupada em contribuir com a abertura do mercado para o agricultor familiar, para que assim, este pudesse competir com os grandes produtores dentro de um mercado “justo”. (FAO INCRA 1994).

Com PRONAF, o Brasil passou a experimentar uma série de ações voltadas para este público alvo como maneira de, não somente inseri-los no mercado, mas, também, em proporcionar fortalecimento de sua produção, subsidiar a tecnificação e modernização do modo agrário de produzir, e principalmente, possibilitar segurança socioeconômica para estes através das diretrizes estipuladas pelo Seguro da Agricultura Familiar em 2004, pela criação do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar em 2006 e pela retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Contudo, apesar de ser imprescindível o entendimento de como o Estado se modificou e se adequou com as mudanças sociais, se faz importante entender e compreender de que forma essas mudanças ocorreram no âmbito institucional do mesmo, uma vez que este, em sua maioritárias vezes, estava pautado no lucro.

3 TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS NO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO: REFLEXO DA MUDANÇA SOCIAL OU ADEQUAÇÃO À DEMANDA ECONÔMICA?

Devido à falta de recursos tanto públicos quanto privados voltados para o sistema de financiamento no setor agrícola nacional, o Estado teve que se adequar às demandas setoriais endurecidas pelos sindicatos para propor novas iniciativas que assistissem essa população. Para contextualizar o arranjo atual das políticas agrícolas, se faz necessário abordar as alternativas institucionais e econômicas criadas ao longo do tempo, assim, separa-se esta análise em quatro momentos: a) extrair via confisco cambial, o máximo de excedentes da agricultura para financiar o processo de industrialização na década de 1950; b) a elaboração do sistema oficial de crédito na década de 1960 e a ampliação do montante de recursos na década de 1970, principalmente com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); b) substituição dos recursos obrigatórios pelos recursos do Tesouro Nacional na década de 1970; c) a mais recente que, perdura da década de 1980 até os anos atuais, a ideia da diminuição do Estado na intervenção econômica que foi responsável por implementar novas fontes de recursos de financiamento e industrialização.

Tendo isso em vista, Cano (1985) aponta que, as instituições criadas para legitimar as políticas públicas criadas no âmbito agrícola estavam focadas em atender a demanda do mercado, em sua maioridade externo, sem objetivos e contrapartidas claras

e explícitas. Ao observar esse viés economicista nas propostas das políticas públicas, o que se detona é que as instituições e regras criadas por estas, possuíam caráter político (no sentido partidário e ideológico da palavra), uma vez que traziam para o miolo de ação, setores e grupos com grande poder de decisão e influência socioeconômica (como bancos e instituições privadas) que, com participação nestas políticas, passariam a se beneficiar mesmo que indiretamente, destas.

Conjuntamente falando, de acordo com Gremaund, Vasconcelos e Toneto Jr. (2002), as políticas agrícolas assumidas a partir de 1965 tinham como principal fonte de recursos era oriunda dos orçamentos públicos. Com a criação do Banco Central – Bacen, o mesmo juntou-se ao Banco do Brasil e juntos passaram a subsidiar linhas diretas de crédito (inicialmente focalizada no grande produtor) se tornando a principal política de fomento à agricultura até a década de 1970.

Com a contenção dos gastos públicos entre as décadas de 1970 e 1980, e, com a conjuntura econômica desfavorável como aponta Lopes (1992), a liberação de novas linhas de crédito se tornou inviável, uma vez que, com a diminuição dos gastos, menor era o valor disponibilizado pelo orçamento público para a manutenção das linhas de subsídio ao crédito agrícola. Assim, se tornou inevitável o aumento no custo dos empréstimos, fazendo com que o grande produtor, por possuir maiores condições financeiras, passassem a adquirir o autofinanciamento.

Assim, com o encarecimento desses financiamentos, a década de 1980 foi a responsável por ampliar o espaço dos financiamentos oferecidos por entidades privadas tendo como ênfase a comercialização da produção agrícola, Lopes (1992) aponta que essa tendência estava em paralelo com o estreitamento das linhas comerciais e dos recursos aplicados pelos agentes financeiros, onde estes, passaram a aplicar maior rigidez de requisição e limites para os recursos empenhados. Isso se deu pela tentativa dos bancos em conter as perdas oriundas de uma possível e futura inadimplência dos financiadores das linhas de crédito.

Dessa maneira, o que se observa é que a década de 1980, como aponta Gasques e Villa Verde (1996), refletiu o contrário que a expansão ocorrida na década de 1970 apontava como resultado futuro, pois, entre 1960 e 1970 o Estado possuía ainda fontes diversas para gerar orçamento para esses financiamentos agrícolas. Nesse interim, a economia não estava pautada a um problema fiscal muito menos ao controle da base monetária.

Assim, a mudança no perfil de financiamento do crédito agrícola (primeiramente com fontes públicas passando a serem ofertadas e gerenciadas por fontes e instituições privadas) foi resultante das mudanças no sistema financeiro mundial (incidência do neoliberalismo e redução da ação estatal como dito anteriormente), assim como, no

aumento da demanda social por essas linhas de crédito mais acessível. Com o aumento dessa demanda, e conseqüentemente da opressão social e sindical, o Estado sem condições de operacionalização total e plena destas políticas, passou a abrir margem para que o privado gerisse junto ao público as linhas de financiamento focadas neste público alvo.

Como resultado, pode-se observar que a modernização no meio agrícola e o desenvolvimento de instituições de mercado (fortalecidas principalmente entre as décadas de 1980 e 1990) foram os responsáveis pelo esgotamento da política de crédito rural convencional, propiciando a incidência de novas instituições privadas na ação voltada para o meio agrícola. Isso fica ainda mais evidente quando da implementação do PRONAF em 1996, onde, em sua primeira versão, os recursos estavam em sua maioria sendo retirados de fontes públicas, contudo, as instituições financeiras têm suas ações de forma indireta, pois, mesmo estas não pertencerem ao processo de descentralização da política e não terem influência direta no processo de formulação desta, o processo de liberação de crédito rural e de investimento é feito por esse setor financeiro.

Por conta disso, tais instituições passam a barganhar no processo de implementação da política para que seus interesses e ganhos sejam maximizados junto ao processo de formulação da política em construção, nesse caso, o PRONAF.

Apesar das ações do PRONAF permanecerem ativas ao longo desses anos, novas demandas e até mesmo exigências foram incorporadas ao seu estatuto, direcionando-o às necessidades socioeconômicas dos produtores rurais, sem desassociar estes dos interesses dos agentes econômicos por de trás destas mudanças. Por volta dos anos 2000, surge um novo conjunto de políticas públicas que, retiram o caráter considerado puramente assistencialista, e o foco passa a não ser somente a população rural, mas sim toda a população brasileira em condições de baixa renda.

Importante destacar que, nesse momento, segundo Grisa (2012), o Brasil não tinha um órgão responsável por gerir e fiscalizar as políticas públicas focalizadas na população agrícola familiar. Devida a estrutura institucional adotada desde o processo de regionalização das políticas a partir da década de 1980 (principalmente com a criação de superintendências de desenvolvimento regionais e órgãos implementadores), o Brasil possuía apenas um órgão responsável pelo acompanhamento da produção, inclusão e fiscalização de tudo aquilo que levasse o “agrícola” em seu nome.

Dessa maneira, devida a estrutura patronal na gestão destas políticas, e pelo entendimento da necessidade de uma nova estrutura institucional responsável por intermediar o público alvo e o objetivo de ação da política pública, a partir do ano de 2003, o extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) atual Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), ficou incumbido por ser o órgão que agisse de maneira norteadora de ações, dando condições de execução e de contrapartidas para essas políticas. Com isso, os anos 2000 foram responsáveis pela instauração de diversas políticas de cunho social voltado, principalmente à população agrícola familiar.

Como exemplo, no ano de 2003, surge o Programa Habitação Rural, como uma adequação ao Programa Minha Casa Minha Vida, “que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente mais fragilizados” (GRISA; SCHNEIDER, 2012, p. 136).

Além desta, pode-se destacar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa a compra dos produtos provenientes dos produtores familiares, direcionando-os para o abastecimento de instituições públicas sociais, procurando garantir, “maior estabilidade à atividade agrícola, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região onde os produtos foram produzidos” (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 175).

Dessa maneira, o que se observa é que a institucionalização e descentralização de suas organizações, criou uma atmosfera propícia para a focalização e transversalização das políticas públicas criadas para o âmbito agrícola no Brasil, uma vez que, o resultado atingido pela política estaria diretamente relacionado à qualidade institucional apresentada por essas organizações. Com isso, todo o ciclo de formação da política, assim como, a conjuntura socioeconômica passa a serem consideradas como principal ferramenta de operacionalização dessas organizações e instituições envolvidas.

4 CONCLUSÃO

No contexto das discussões feitas por esse trabalho, pode-se dizer que o processo histórico de inclusão do produtor agrícola familiar no *hall* de prioridades quando se fala em políticas públicas, foi um processo longo, contraditório e um tanto falacioso, uma vez que seu processo de formação e implementação esteve e, em determinado grau, continua estando nas mãos de elites e coalizões políticas e econômicas, e, de outro lado, essa concentração elitista foi pautada em um discurso de beneficiar uma parcela grande da população agrícola brasileira.

Esse benefício, ou seja, acesso dos agricultores familiares aos incentivos de crédito e fisco, iniciou com objetivo de distanciar o Estado de sua atuação no meio econômico (devida a sua suposta inaptidão em administrar recursos e fontes de recursos); passando a incluir, de maneira desigual, os produtores agrícolas (dando preferência a questão de volume produzido por este); e somente num terceiro momento, mais especificamente a

partir dos anos 2000, que as políticas passaram a aliar as duas demandas: a social (de inclusão das famílias na cadeia de incentivo produtivo e mercadológico) e econômico (atuação dos bancos nas linhas de créditos).

Dessa maneira o desenho das ações institucionais foram as responsáveis por segregar e posteriormente realinhar as propostas entre essas duas demandas, contudo, com sérias limitações. Como por exemplo, as fontes de recursos, a forma de operacionalização e principalmente, a fiscalização da implementação da política; essas limitações se dão pelo fato da desestruturação prematura das instituições e pela inaptidão do Estado em auferir objetivos concretos com propostas sólidas e com atores bem delineados e institucionalizados de maneira influente e atuante.

Assim, deseja-se que novos trabalhos passem a observar a lógica Estado, instituições e população agrícola familiar, a ponto de identificar seus pontos fracos e fortes e que assim, os trabalhos possam contribuir tanto qualitativamente quanto quantitativamente para fortalecer debates e discussões acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; MORELLO, T. F A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**. 2010. p. 14-16. Disponível em: <www.rimisp.org/wp-content/uploads/2010/05/Paper-Country-Overview-Brazil-1.pdf> Acesso em 09 de Setembro de 2018.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95**. Economia e sociedade, v. 8, p. 101-139, 1997.

CASTRO, A. C. **Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento**. Cadernos de difusão de tecnologia, v. 1, n. 3, p. 299-482, 1984.

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de política agrícola, ano x, n. 3, p. 3-58, 2001.

DE MENDONÇA, S.R. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=011620> Acesso em 08 de Setembro de 2018.

DELGADO, G. C. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas**. Reforma agrária, v. 24, n. 3, p. 5-35, set./dez. 1994.

DELGADO, N. G. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, M.D. e FRANTZ, T.R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-1984**. Porto Alegre (RS): Fundação de Economia e Estatística, 1988, p. 35-111.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 21, n. 62, p. 27-45, 2006.

GASQUES, J. G., REZENDE, G. C. D., VILLA VERDE, C. M., SALERNO, M. S., DA CONCEIÇÃO, J. C. P., & CARVALHO, J. C. D. S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. IPEA/BRASIL, 2004.

GREMAUND, A.P; VASCONCELLOS, M.A.S; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 2015. Disponível em: <repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/1411> Acesso em 10 de Setembro de 2018

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. 2008.

LOPES, M. de R. Comercialização interna e externa da produção agrícola: principais problemas e sugestões. **Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões**. PNPE/IPEA. Brasília, DF, 1992.

MIELITZ NETTO, C.G.A. **Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras**. In: MANZANAL, M. e NEIMAN, G. Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafios. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actitudes 217, 218, 219, 220, 226, 227, 249

Agricultura familiar 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 209

Arabia Saudí 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Artefactos 252, 254, 258

Artefactos calentados 252

C

Caixara 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188

Canção 173, 185

Características da Tarefa 260, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 277

Ciudad neoliberal 158, 161, 169, 170, 171

Comunitario 75, 183, 189, 194, 195

Condiciones de producción 18, 20, 22, 26, 28, 92

Condominio 57, 59, 60, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Conflicto socioambiental 90, 96

Conservadores 234, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Cuestión agraria 30, 32, 34, 39, 55

Cultivos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 26, 44, 50, 52, 62, 127

D

Datación 251, 252, 253, 254, 257, 258

Desarrollo 3, 4, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 46, 49, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 96, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 160, 161, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 247

Desarrollo rural 30, 31, 56, 77, 124

Desenho do trabalho 261, 263, 275, 278

Distrito Industrial 138, 139, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 156

E

Economía agrícola 30, 31

Educación Ambiental 172, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227

Energía solar 105, 108, 109

Espacio público 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 169, 170

Estancieros 57, 75

Extractivismo 18, 19, 28, 72, 90

Extractivismo sojero 18

F

Fatores Locacionais 138

Frente Popular 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Fuentes renovables de energía 104, 105, 106, 107, 110, 114, 116

Fuerzas productivas 18, 19, 20, 55

G

Generación distribuida 105, 112, 115

Geografía urbana 158, 159, 161, 166, 170

Gestión energética sostenible 105

Gestores 63, 79, 80, 107, 171, 172, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278

H

História 16, 17, 57, 59, 65, 75, 76, 77, 101, 103, 119, 129, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 195, 198, 199, 203, 206, 208, 211, 228, 241, 242, 249, 250, 258

Historia de Chile 241

Historia Local 241, 242, 250

I

Impacto ecológico 201

Ingeniería genética 18, 19, 25

Instituições 79, 84, 85, 86, 87, 88, 174

Irán 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

L

Liberación 98, 189, 191, 232

M

Mata atlântica 173, 174, 185, 187

Medio ambiente 13, 15, 20, 58, 76, 97, 105, 107, 123, 128, 129, 131, 136, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

N

Nossa Senhora do Socorro 138, 139, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Nueva agricultura 1, 11, 12, 15

O

Ordenamiento Territorial Urbano 117

Organización 34, 37, 38, 39, 43, 47, 49, 50, 52, 53, 56, 62, 66, 72, 76, 93, 101, 106, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 162, 166, 189, 192, 195, 230, 232

Oriente Medio 228, 230, 231, 234, 238, 239

OSL 252, 255, 257, 258

P

Paraguay 18, 19, 20, 23, 27, 29

Participación 34, 36, 44, 59, 99, 119, 121, 125, 126, 129, 160, 162, 165, 172, 193, 194, 217, 226

Patrimonio biocultural 90, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103

Plan Estratégico 117, 124, 129, 131, 132, 135, 162, 163, 172

Poderes públicos 117, 118, 163, 170

Política Pública 79, 86, 126, 146

Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional 138, 139

Povo Truká 201, 208, 209, 210, 211

Primavera Árabe 228, 229, 234, 235, 238, 240

Projeto de Transposição 201, 210

Proprietarios 21, 24, 32, 36, 49, 50, 57, 59, 66, 68, 70, 73, 75, 91

R

Reforma agraria 30, 31, 32, 33, 37, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 68, 70, 73, 74, 76, 82, 88, 91

Regadíos 1, 3, 8, 17

Rio São Francisco 201, 203, 204, 208, 212, 213

S

Seguridad/inseguridad urbana 158

Siria 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Sostenibilidad 1, 15, 16, 17, 22, 106, 107, 115, 220, 226

Superficie agraria 1

T

Territorio 4, 8, 19, 54, 70, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 154, 162, 165, 170, 174, 177, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 190, 194, 195, 198, 210, 215, 233, 237, 258

U

Universitarios 217, 221, 226, 227

V

Verdad 189, 191, 193, 196, 198

Violação de direitos 201

W

Wirikuta 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103

X

Xochicalco 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102



**EDITORA
ARTEMIS**